Síntese

Previsões Económicas para África

Overview

African Economic Outlook

Portuguese translation

As sínteses são excertos de publicações da OCDE, encontrando-se livremente disponíveis na livraria em linha :

www.oecd.org/bookshop/

Esta síntese não é uma tradução oficial da OCDE.

OECD OCDE

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

1. Introdução

A presente edição de 2002/2003 das Previsões Económicas para África (PEA) contém uma avaliação do desempenho recente de 22 económicas africanas e das suas perspectivas para 2003. No essencial, o relatório articula-se em capítulos dedicados a cada país, onde se examinam o desempenho macro-económico, políticas públicas macro-económicas, os problemas estruturais e o contexto político respectivos. Todos os países foram sujeitos ao mesmo processo de exame, o que permite uma análise comparativa. O enquadramento editorial das PEA de 2001-2002 sofreu algumas alterações.

Em primeiro lugar, incluiu-se um enfoque temático nas privatizações; em segundo, melhorou-se a cobertura do Norte de África e da África Austral, mantendo-se idêntica a análise da África Oriental e Ocidental e reduzindo-se a cobertura da África Central aos Camarões e ao Gabão.

O ambiente internacional caracterizou-se por uma recuperação hesitante na zona da OCDE e por uma evolução mista dos preços das matérias-primas, mas também por uma pequena recuperação da Assistência Oficial ao Desenvolvimento concedida pelos países da OCDE a África. O ano de 2002 foi marcado por um abrandamento do crescimento económico, com grandes variações, como é habitual, entre o desempenho histórico de cada país africano e as suas perspectivas de futuro. Em média, em 2003 a África beneficiará apenas de uma pequena recuperação.

Ambiente Internacional

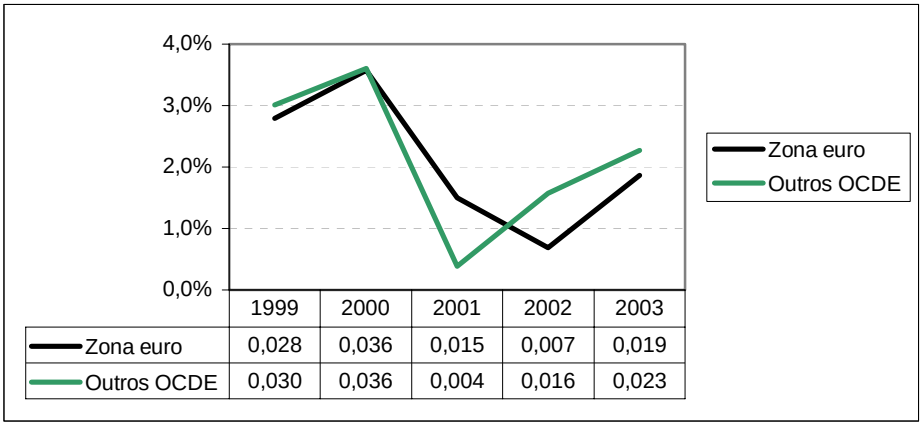
Em 2001 registou-se uma queda abrupta do crescimento económico na zona da OCDE. No início de 2002 houve alguma recuperação, sobretudo nos Estados Unidos da América, mas durou pouco, devido à degradação agravada dos mercados financeiros. Num contexto pela debilidade continuada dos mercados financeiros, não é previsível uma recuperação rápida do crescimento em 2003 (Figura 1).

O ciclo económico na zona euro é o mais importante para África, na medida em que este é o principal mercado das exportações africanas não-tradicionais, se bem que nalguns (poucos) países africanos, como as Ilhas Maurícias, o destino das exportações tenha começado a deslocar-se para o mercado dos EUA, graças ao AGOA (Lei sobre Crescimento e Oportunidades para África). A economia europeia está a recuperar mais lentamente que a economia dos EUA, evolução atribuída pelo Departamento de Assuntos Económicos da OCDE a debilidades estruturais existentes em algumas das principais economias da Europa e não a uma divergência cíclica. Quer isto dizer que, seja qual for a rapidez da próxima retoma cíclica, o crescimento na zona euro atingirá níveis mínimos no ano que vem.

Figura 1. **Crescimento da Procura Interna Real na Zona Euro e noutros Países da OCDE**

(Dados Anuais 1999-2001, Estimativa 2002, Previsões 2003)

© OECD, 2003



	1999	2000	2001	2002	2003
Zona euro	0,028	0,036	0,015	0,007	0,019
Outros OCDE	0,030	0,036	0,004	0,016	0,023

Fonte: *OECD Economic Outlook*, Dezembro de 2002.

Embora esta evolução gere efeitos meramente marginais sobre as economias africanas, a tendência global dos preços das matérias-primas é desfavorável ao continente: este declínio, ao degradar os termos das transacções comerciais, teve incidências graves sobre o desenvolvimento dos países africanos.

A excepção mais digna de nota foi a forte retoma do preço do cacau, que cresceu para mais do dobro desde Julho de 2001 (Figura 2). Este aumento, relacionado com quebras no abastecimento resultantes dos preços extremamente baixos das safras anteriores, foi muito maior e mais rápido do que o previsto há um ano. Porém, se a crise na Costa do Marfim persistir, o preço poderá aumentar ainda para o ano, uma vez que este país é o principal fornecedor do mercado internacional de cacau.

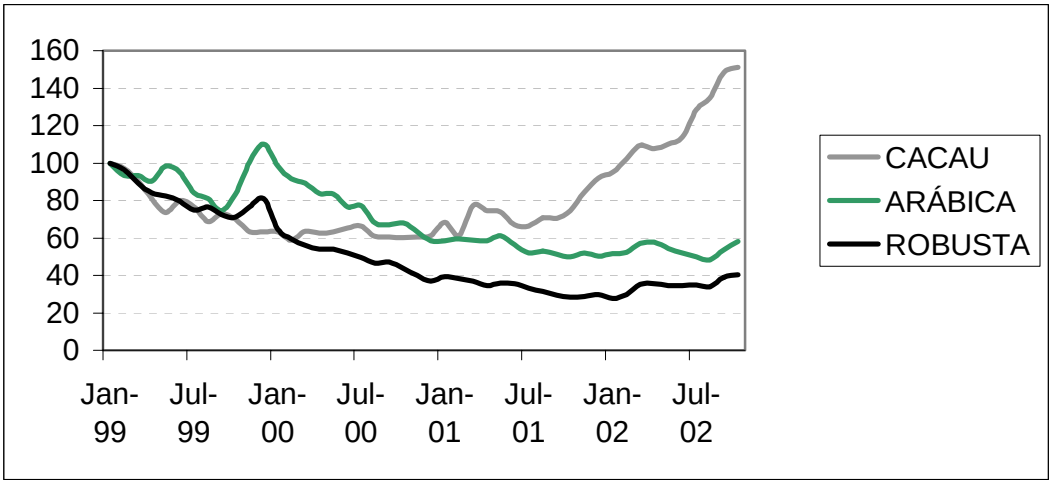
O mercado do **café** Robusta melhorou ligeiramente desde Janeiro de 2002, esperando-se que continue a melhorar em 2003. Esta evolução foi favorável a vários países produtores africanos, sobretudo da África Ocidental, nomeadamente os Camarões e a Costa do Marfim. No entanto, os preços mantêm-se a níveis muito baixos. Acresce que a retoma dos preços do café Arábica, exportado por países da África Oriental, só se verificou em Agosto de 2002. Alguns países da África Oriental têm sido afectados pela queda continuada dos preços no mercado do **chá** ocorrida em 2002, face aos valores de 2001, apesar de uma ligeira melhoria registada nos finais do ano.

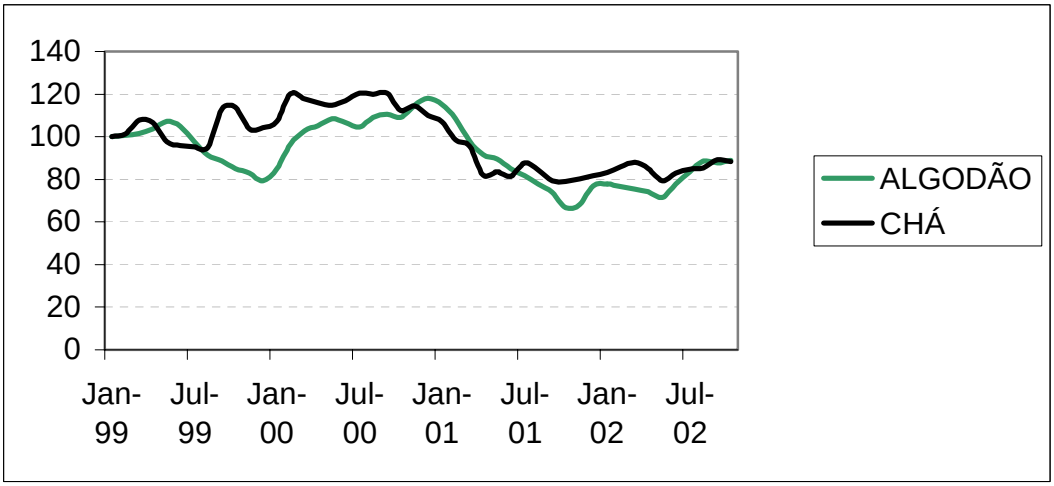
O mercado do **algodão** diminuiu de forma significativa nos últimos anos, com os preços a atingirem em 2002 menos de metade do nível de 1995. Este mercado é fortemente influenciado pela produção dos dois maiores produtores mundiais, os Estados Unidos da América e a China, onde os produtores beneficiam de subsídios. Fortes críticas foram recentemente feitas à decisão tomada pelos EUA de subsidiar a indústria algodoeira, porque se pensa que irá exercer uma importante pressão baixista sobre o preço mundial do algodão, matéria-prima de grande relevância para o Mali, o Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Sudão e o Egipto.

Figura 2. Evolução dos Preços das Principais Matérias-Primas Exportadas por África

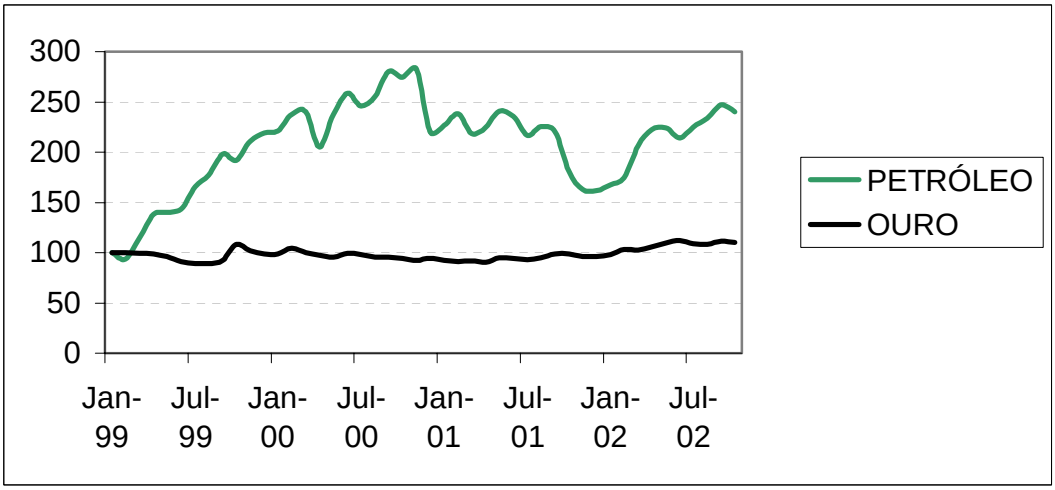
(Índice Base de 100 em Janeiro de 1999)

© OECD, 2003





Fonte: Banco Mundial.



© OECD, 2003

O mercado do **petróleo**, onde se registou uma acentuada baixa de preços após os acontecimentos do 11 de Setembro, descendo de um valor por barril de mais de 26 USD para menos de 18 USD, recuperou de maneira significativa em 2002, devido em primeiro lugar às restrições das quotas da OPEP e, em segundo, às expectativas de aumento dos preços geradas pela greve na Venezuela, pela situação política no Médio Oriente e pelo risco de guerra contra o Iraque.

O preço do **ouro** melhorou significativamente após o 11 de Setembro e, atendendo às crescentes incertezas financeiras observadas em 2002, continuou a subir para níveis acima dos 320 USD por onça, depois de se ter mantido abaixo dos 300 USD durante muito tempo.

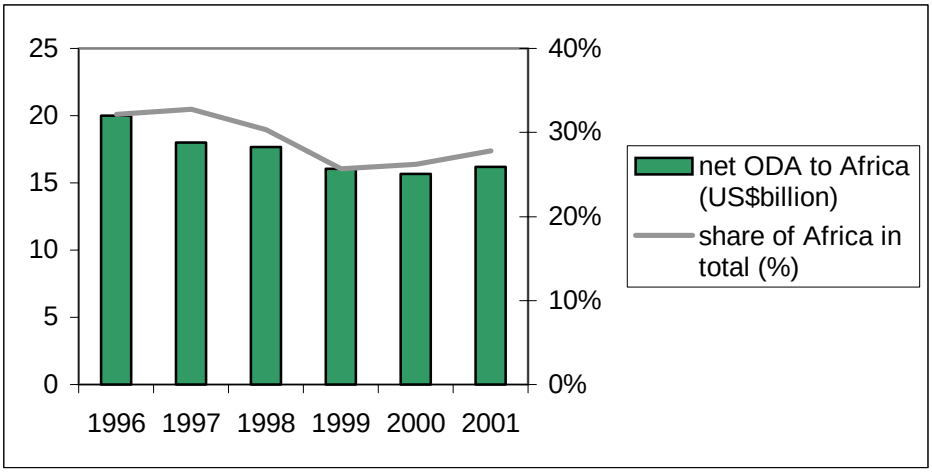
No meio deste quadro pessimista, houve um aspecto relativo à incidência da conjuntura externa sobre África que melhorou recentemente: após vários anos de queda, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) de África estabilizou, chegando mesmo a inverter-se a tendência com uma retoma em 2001. Trata-se, porém, de um pequeno aumento, uma vez que o total líquido de fluxos de AOD para África registado em 2001 continua a ser inferior aos níveis de 1996: 16200 milhões de USD em 2001, contra 20 mil milhões em 1996 (Figura 3). Porém, indicações existentes deixam prever que a retoma observada em 2001 possa prolongar-se por 2002[1] e mesmo durante mais tempo.

O optimismo reservado com que se encara um possível aumento dos fluxos de AOD para África baseia-se em duas razões principais. Primeira razão, após mais de uma década de diminuição da AOD, na conferência de Monterrey sobre financiamento ao desenvolvimento, realizada em 2002, os grandes doadores como a UE e os EUA comprometeram-se a aumentar significativamente os seus esforços de AOD até 2006. Segunda razão, embora o montante de ajudas atribuídas a África proporcionalmente ao total dos fluxos líquidos de AOD tenha diminuído, de uma percentagem superior a 32 porcento em 1996 para menos de 26 porcento em 1999, desde então esta tendência inverteu-se: em 2001, a África recebeu perto de 28 porcento do total dos fluxos líquidos de AOD.

Figura 3. **Fluxos líquidos de AOD para África**

net ODA to Africa (US$ billion) = AOD líquida para África (USD mil milhões)

share of Africa in total (%) = quota-parte de África no total (%)



Fonte: Valores calculados pelos autores a partir dos dados do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE

[1] Os valores de 2001 são as mais recentes estimativas da OCDE/CAD disponíveis em Dezembro de 2002.

© OECD, 2003

2. Desempenho Macro-económico em África

Pela primeira vez desde 1995, em 2002 o crescimento africano foi inferior a 3 porcento (Quadro 1). A maioria dos desafios económicos actuais do continente africano são específicos de cada país, relacionando-se mais com a evolução interna nos domínios da governação política e económica do que com factores externos. Com base na análise pormenorizada das economias dos 22 países abrangidos pelo Relatório, prevemos uma recuperação económica lenta no continente em 2002, registando-se um crescimento médio de 3,3 porcento.

Na região da África central, as economias apoiadas no petróleo, com excepção do Gabão, apresentaram um desempenho razoável, acompanhando as tendências positivas do mercado petrolífero observadas em 2002. A maior mudança verificou-se na República Democrática do Congo (RDC), onde a normalização sustentada da situação política irá proporcionar ao país taxas de crescimento potencialmente positivas.

A quebra bastante acentuada do crescimento económico na região da África Oriental ficou a dever-se, em grande medida, a acontecimentos respeitantes a um só país: a crise política em Madagáscar, onde o crescimento desceu para cerca de –10 porcento em 2002. A crise já está resolvida. Nas maiores economias da África Oriental – Quénia, Tanzânia e Uganda – o desempenho económico manteve-se estável em 2002. Para 2003 prevêem-se desempenhos muito superiores na África Oriental como um todo, calculando-se que seja esta a região africana com crescimento mais rápido em 2003.

O Norte de África foi a região mais afectada pelo choque do 11 de Setembro: sobretudo no Egipto, em Marrocos e na Tunísia a indústria turística sofreu uma quebra. O Egipto também foi prejudicado pela insegurança no Médio Oriente, enquanto que a Argélia, apesar dos enormes problemas estruturais existentes, registou uma ligeira melhoria da economia em 2002.

Houve alguns progressos do desempenho do crescimento na região da África Austral em 2002 graças à melhoria das condições económicas na África do Sul, que em 2002 colheu os ganhos concorrenciais resultantes da desvalorização do Rand ocorrida ao longo de 2001. Outro factor positivo registado em 2002 foi a melhoria dos níveis de investimento associado a novos projectos de investimento público, que deverão ter efeitos positivos sobre o futuro do país. A África do Sul representa 77 por cento do PIB regional, se bem que os outros países da região apresentem diferenças gigantescas entre si, em termos de desempenho e perspectivas de futuro. Enquanto a crise económica se mantém no Zimbabué, Moçambique continua a crescer rapidamente graças aos mega-projectos actualmente em curso. Angola começou também a recuperar, registando níveis muito elevados de crescimento em 2002 (17 porcento). Globalmente, prevê-se que em 2003 esta região apresente taxas de crescimento próximas do modesto valor de 3 porcento observado desde 1995.

A África Ocidental está a atravessar uma conjuntura económica muito negativa, devido sobretudo aos acontecimentos verificados em dois países: a Costa do Marfim e a Nigéria. No primeiro, a crise política anulou a lenta recuperação prevista para 2002. Prevê-se que em 2003 esta crise tenha efeitos adversos no Mali e no Burkina Faso, uma vez que a Costa do Marfim tem sido o principal parceiro comercial destes dois países na região e o principal acesso de ambos às rotas do comércio internacional, através do porto de Abidjan. Em 2002 o crescimento na Nigéria foi negativo, devido à queda das receitas do petróleo, provocada pela baixa de produção conforme às quotas da OPEP. Neste contexto, atendendo à fragilidade das finanças públicas nigerianas, o país defrontou-se com dificuldades financeiras renovadas, levando o governo a declarar uma moratória sobre as obrigações da dívida externa em Agosto de 2002. A estrutura federal do orçamento do país é uma razão específica que talvez explique as dificuldades da Nigéria em manter o orçamento sob controlo.

© OECD, 2003

Quadro 1. **Taxas Médias de Crescimento das Regiões de África**

Região	Média 1995-2000	2001	2002(e)	2003(p)
Central	2,7	4,7	5,7	4,7
Oriental	4,3	4,7	2,6	5,3
Norte	4.2	3,8	2,9	3,3
Austral	3,0	2,4	3,4	2,9
Ocidental	3,6	3,0	1,1	2,4
Total	3.6	3,3	2,9	3,3

Fonte: estimativas do autor

Nota: estes valores agregados não incluem a Libéria, a Líbia e a Somália.

(e) = estimativa, (p) = previsão.

Em termos de estabilidade macro-económica, fizeram-se progressos em matéria de gestão monetária e controlo da inflação (Quadro 2). Esta melhoria é particularmente válida na África Central (excepto RDC[2]), na África Oriental e no Norte de África, embora se prevejam pressões inflacionárias moderadas na África Oriental para 2003, devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares.

Na região da África Austral, a taxa de inflação mantém-se em níveis bastante elevados. Em 2002 a inflação voltou a subir na África do Sul, em parte devido à subida do valor das importações causada pela desvalorização do Rand. Esta inflação alarga-se a vários vizinhos da África do Sul, com quem o país mantém relações estreitas. Parte da pressão inflacionária deveu-se igualmente aos efeitos da seca que afecta a região sobre os preços dos produtos alimentares.

Na região da África Ocidental, a inflação continua a apresentar dois dígitos no Gana e na Nigéria, apesar de algum sucesso no seu controlo que se prevê venha a manter-se em 2003. Em contrapartida, a inflação está controlada nos países da zona do Franco, embora seja provável a ocorrência de alguma pressão inflacionária em virtude da crise na Costa do Marfim.

Quadro 2. Taxa de Inflação Média nas Regiões de África

Região	2000	2001	2002(e)	2003(p)
Central	2,8	3,7	3,5	2,4
Oriental	5,8	2,6	1,5	4,3
Norte	2,8	4,2	3,1	3,6
Austral	22,0	18,3	22,8	18,6
Ocidental	6,7	14,0	10,0	8,6

Fonte: estimativas do autor

Nota: estes valores agregados não incluem a RDC, a Eritreia, a Libéria, a Líbia, a Serra Leoa e a Somália. Baseiam-se num índice em cadeia, ponderado em função do PIB. As estimativas de 2002 e as previsões para 2003 baseiam-se apenas nos dados relativos aos 22 países incluídos nas PEA.

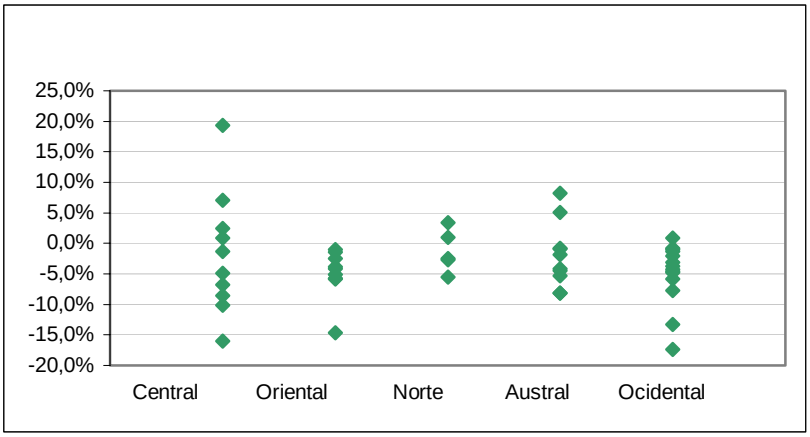
[2] A RDC ocupa uma posição marginal no contexto da África Central, uma vez que este país apresenta há muito uma taxa de inflação extremamente elevada. Não se encontram disponíveis dados recentes sobre a inflação.

© OECD, 2003

Neste momento os défices orçamentais mantêm-se, em média, a níveis moderados em todas as regiões de África, registando-se mesmo superavit na África Central, devido às receitas petrolíferas do Congo, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão. No entanto, o desempenho de cada país em termos de disciplina orçamental continua a apresentar variações acentuadas e um grande número de países africanos ainda têm défices orçamentais elevadíssimos, nomeadamente na África Central, Austral e Ocidental (Figura 4).

Acresce que, em média, a situação orçamental parece não ter melhorado significativamente nos últimos anos, facto que resulta evidente do Quadro 3, elaborado a partir do exercício de previsão feito para os 22 países abrangidos pelas PEA[3]. Mais uma vez, convém referir que o quadro fornecido por estes valores agregados oculta diferenças muito grandes entre os países.

Figura 4. **Rácio Equilíbrio Orçamental/PIB nos Países Africanos em 2001**



Fonte: estimativas do autor

Nota: não se incluem nesta Figura a Eritreia, a Libéria, a Líbia, a Somália e o Sudão.

Quadro 3. **Tendência recente do rácio Equilíbrio Orçamental/PIB Médios**

Região	2000	2001	2002(e)	2003(p)
Central	5,1%	4,0%	5,8%	4,1%
Oriental	-3,5%	-3,0%	-4,3%	-3,5%
Norte	-0,6%	-2,4%	-1,7%	-1,0%
Austral	-2,9%	-2,1%	-2,7%	-4,0%
Ocidental	0,2%	-2,8%	-2,6%	0,2%

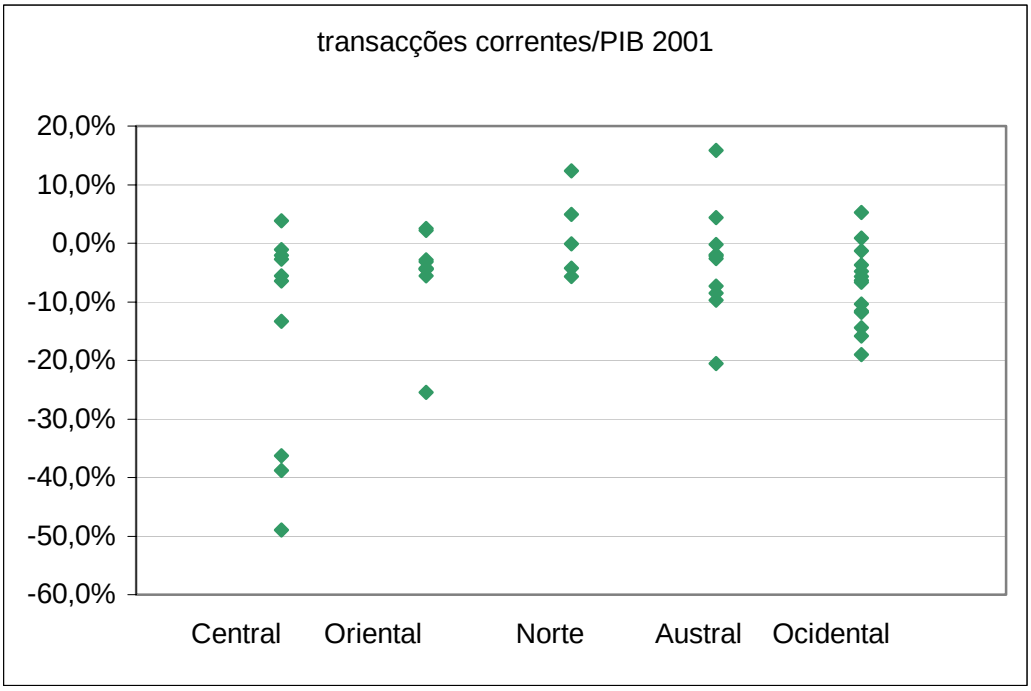
Fonte: estimativas do autor

Nota: este quadro baseia-se apenas nos 22 países abrangidos pelas PEA

[3] Na região Austral, o aumento bastante grande do défice ocorrido em 2003 deve-se ao peso excessivo atribuído ao Zimbabué, cujo PIB foi calculado, para estes efeitos, à taxa de câmbio oficial, que se encontra muitíssimo sobrevalorizada.

© OECD, 2003

Figura 5. Rácios Actuais de Equilíbrio Orçamental/PIB nos Países Africanos em 2001



Fonte: estimativas do autor

Nota: Esta figura não inclui a Eritreia, a Libéria, a Líbia e o Sudão.

Em média, os países africanos apresentam rácios de investimento que variam entre 16-22 porcento do PIB (Quadro 4), valores certamente insuficientes para sustentarem o desempenho de um crescimento de 7,4 porcento necessário para reduzir por metade a pobreza até 2015[4]. Com excepção da África Ocidental (sobretudo Nigéria), este investimento é essencialmente privado.

Quadro 4. **Rácios Médios de Investimento nas Regiões de África em 2001**

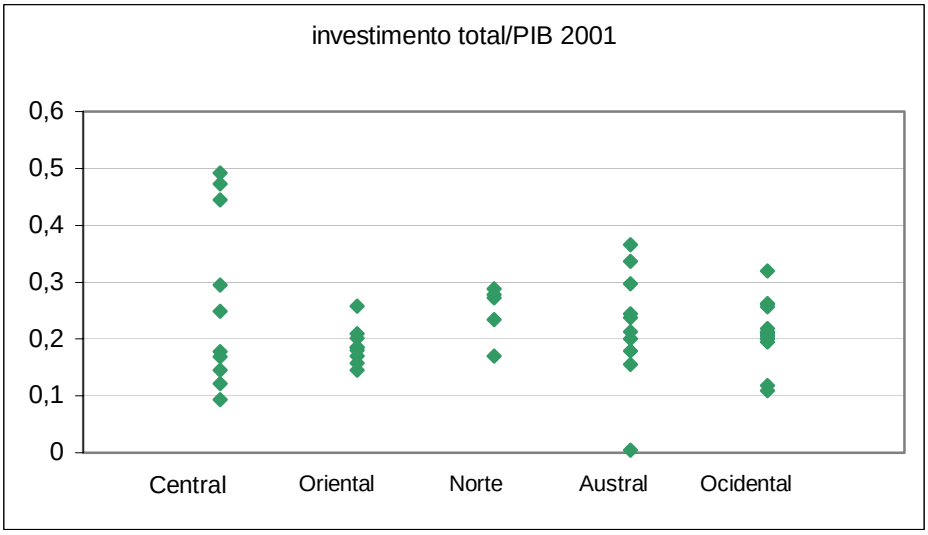
Região	Investimento Total/PIB	Investimento Público/ /Investimento Total
Central	22,3%	23,7%
Oriental	17,3%	34,0%
Norte	18,2%	23,5%
Austral	16,7%	27,9%
Ocidental	19,5%	49,5%
Total África	18,1%	29,4%

Fonte: estimativas do autor

[4] Ver abaixo o capítulo sobre ODMs.

© OECD, 2003

Figura 6. **Rácios de Investimento/PIB nos Países Africanos em 2001**



Fonte: estimativas do autor.

Nota: esta figura não inclui a Eritreia, a Libéria, a Líbia, a Somália e o Sudão.

3. Recentes Alterações Estruturais dos Constrangimentos Externos

Desempenho do Comércio Externo

Embora em 2002 as exportações dos países em desenvolvimento apresentassem um crescimento de 3,8 porcento, acima da média, a África atrasou-se, com as exportações a crescerem, em termos de volume, ao baixo nível de 0,1 porcento. Se bem que a taxa anual de crescimento das exportações africanas se elevasse a 4 porcento no período de 1996-2002, o continente sofreu uma quebra da competitividade em geral, apresentando um decréscimo de cerca de 1,9 porcento durante o mesmo período (ver Anexo estatístico).

As receitas exportadoras dos países em desenvolvimento africanos mantêm-se fortemente dependentes das matérias-primas. Nos últimos anos, alguns países de África alargaram a base das principais matérias primas exportadas. Em 2001, a exportação de ouro do Mali quase duplicou, devido à abertura de uma nova mina: o ouro é agora a principal fonte de receitas com exportações, tendo substituído a filaça de algodão. O Sudão, outrora excessivamente dependente das importações de petróleo, é agora exportador líquido deste produto. Em Moçambique, as exportações de electricidade são uma importante fonte de divisas desde 1998 e o arranque da fundidora de alumínio Mozal, em 2000, também mudou a estrutura exportadora do país. Alguns países também foram alterando a composição das respectivas exportações, mudando dos produtos tradicionais não transformados para os produtos transformados (por exemplo, a Costa do Marfim com os produtos de cacau semi-transformados, o Senegal com os derivados de fosfatos e os Camarões com a madeira transformada).

© OECD, 2003

Os únicos países africanos que diversificaram de maneira convincente a produção e as exportações, afastando-se dos produtos tradicionais, foram a Tunísia, as Ilhas Maurícias, Marrocos, o Egipto e a África do Sul. Os esforços de diversificação no sentido da exportação de produtos manufacturados apoiaram-se inicialmente em produtos de mão-de-obra intensiva, desde os produtos químicos, metais de base e produtos em couro ao fabrico de automóveis, têxteis, calçado e produtos electrónico. Ainda assim, estes países precisam de tornar mais dinâmico o seu sector exportador para que os produtos que fabricam possam alcançar vantagem concorrencial nos mercados mundiais.

Verifica-se com satisfação que os primeiros países a diversificar estão a enfrentar este desafio de maneira positiva. Para a grande maioria dos países africanos que ainda apresentam uma dependência excessiva das exportações do sector primário, a questão crucial é como desencadear um verdadeiro processo de diversificação e aumentar as exportações de produtos manufacturados, continuando ao mesmo tempo a explorar as vantagens concorrenciais de que beneficiam em termos de bens do sector primário. Para conseguirem fazê-lo, precisam de tomar medidas de política pública a nível nacional e internacional. A nível nacional, são necessários enormes investimentos nas infra-estruturas geradoras e promotoras de comércio – por exemplo, telecomunicações e transportes – e nas instituições governamentais ligadas ao comércio – por exemplo, alfândegas e administração fiscal e organismos de promoção e assistência à exportação. A nível internacional, iniciativas importantes em prol dos países em desenvolvimento como a Lei sobre Crescimento e Oportunidades para África (EUA) e a Iniciativa Tudo Menos Armas (União Europeia) terão de ser sustentadas e aprofundadas para que os países africanos consigam expandir as exportações, acelerar o crescimento económico e reduzir a pobreza.

Dívida e Amortização da Dívida

Depois de revista em 1999, a iniciativa HIPC começou a gerar efeitos positivos na gestão do desenvolvimento em África. Actualmente são já 22 os países africanos que atingiram os pontos de decisão, cinco dos quais (Mauritânia, Moçambique, Tanzânia, Burkina Faso e Uganda) alcançaram posteriormente os seus pontos de finalização. O Quadro 5 resume os 22 países com pontos de decisão atingidos e os montantes devidos a cada um deles a título de amortização da dívida.

Quadro 5. **Ajuda à Amortização da Dívida** *(final de Setembro de 2002)*

			Amortização da dívida *(em milhões de USD)*	
	Decisão	**Finalização**	**VAL**	**Nominal**
País	**Data**	**Data**	**termos***	**termos**
Benin	Jul. 00		37,5	46,39
Burkina Faso	Jun. 00	Abr. 02	86,7	125,74
Camarões	Out. 00		78,6	90,11
Chade	Mai. 01		36,9	49,38
Etiópia	Nov. 01		216,47	271,02
Gâmbia	Dez. 00		15,8	19.57
Gana	Fev. 02		130,93	160,15
Guiné	Dez. 00		75,3	89,07

© OECD, 2003

Guiné-Bissau	Dez. 00		50,84	85,99
Madagáscar	Dec. 00		59,1	75,23
Malawi	Dez. 00		70,9	98,22
Mali	Set. 00		68,1	83,94
Mauritânia	Fev. 00	Jun. 02	72,8	90,69
Moçambique	Abr. 00	Set. 01	22,25	29,27
Níger	Dez. 00		37,2	58,43
Ruanda	Dez. 00		75	141,15
São Tomé & Príncipe	Dez. 00		34,2	78,93
Senegal	Jun. 00		56,8	64,21
Serra Leoa	Mar. 02		42,81	98,62
Tanzânia	Abr. 00	Nov. 01	124,9	190,75
Uganda	Abr. 97	Jan. 00	59,3	78,65
Zâmbia	Nov. 00		146,1	177,64
Total			***1598,5***	***2203,2***
Fonte: estimativas dos quadros do BAD				
* BAD contribui com 20 porcento deste montante				

4. Reformas económicas: Avaliação das Políticas de Privatização

A presente edição destas Previsões aborda a questão das privatizações, elemento importante das reformas económicas e da reorientação dos mercados em África.

Dimensão Considerável do Processo de Privatizações

Diminuição do número de empresas públicas

A dimensão do sector público em África tem diminuído consideravelmente devido às privatizações, cujo objectivo principal tem sido abrir sectores estratégicos da economia à participação da iniciativa privada, em especial os sistemas nacionais de transporte (aéreo, marítimo e ferroviário), as empresas de serviço público (electricidade, água) e as telecomunicações. A privatização do sector das telecomunicações tem sido especialmente dinâmica.

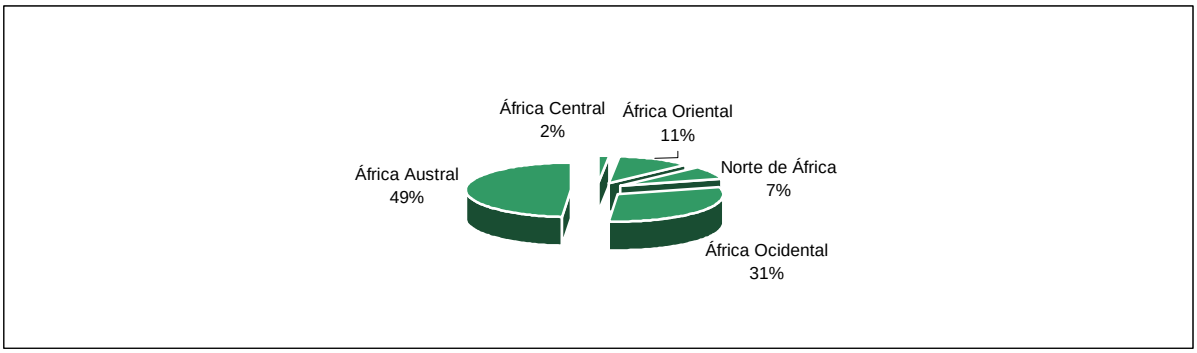
Aumento das receitas provenientes das privatizações

Em 2000, as receitas provenientes das privatizações em África cresceram para 7950 milhões de USD (*African Development Indicators, 2002*). Só na África Austral as transacções representaram quase metade deste total (Figura 7), com a África do Sul a ser responsável por um terço (2460 milhões de USD). Na África Ocidental assistiu-se igualmente a um aumento das actividades de privatização, tendo a região atraído mais de 30 porcento de todas as actividades de privatização desenvolvidas no continente, em termos de valor das vendas. A África Oriental foi responsável por 11 porcento das receitas geradas no continente, enquanto que o Norte de África e a África Central geraram juntos menos de 10 porcento do valor total das vendas. A África do Sul, a Zâmbia, a Costa do Marfim, o Gana e o Senegal ocuparam os 5 primeiros lugares da tabela de receitas provenientes de privatizações. Em termos regionais, os países com melhor desempenho

© OECD, 2003

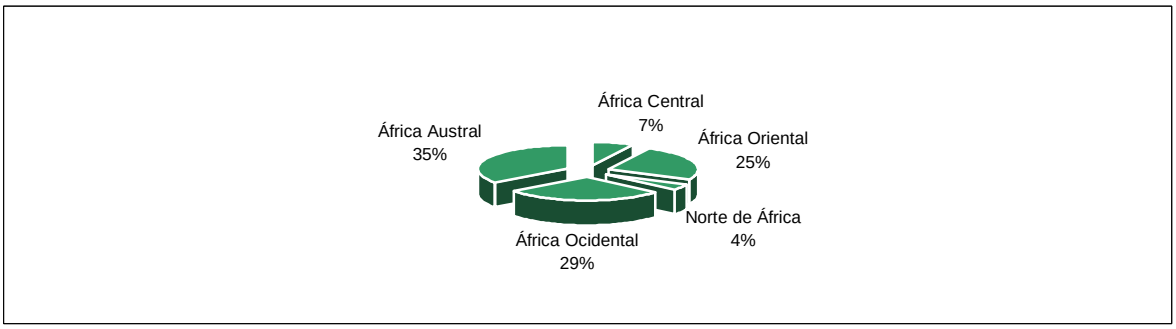
foram a África do Sul (África Austral), o Egipto (Norte de África), a Costa do Marfim (África Ocidental), o Quénia (África Oriental) e os Camarões (África Central).

Figura 7. Valor Total das Vendas até ao Final de 2000



Fonte: *African Development Indicators 2002*, Banco Mundial.

Figura 8. Número Total de Transacções até ao Final de 2000



Fonte: *African Development Indicators 2002*, Banco Mundial.

Objectivos das Privatizações Cumpridos?

Emprego e Produtividade

Muitas vezes as privatizações começam com uma diminuição dos postos de trabalho. A grande redução de despesas associada à privatização e reestruturação das empresas de serviço público explica que, em África, a oposição mais organizada e mais persistentemente manifestada em público tenha origem nos movimentos sindicais. A mais longo prazo, prevê-se que o aumento da produtividade laboral compense a perda inicial de rendimento.

© OECD, 2003

Receitas e Desempenho Orçamental

O valor total de vendas acumulado em 2000 elevava-se a uma média de 1,53 porcento do PIB do continente em 2000 GDP (Quadro 6).

O baixo valor das receitas deve-se, na maioria dos casos, ao facto de muitos sectores da economia com privatização prevista se encontrarem altamente endividados. Até em casos de liquidação, os governos continuam a ter de assumir a totalidade da dívida, o mesmo valendo para os contratos de concessão. Em situações de transferência da propriedade, em que os investidores privados readquirem as dívidas da empresa, o governo vê-se frequentemente obrigado a vender a preços de desconto. Os ganhos orçamentais resultantes das privatizações tornam-se mais evidentes a partir de uma análise a longo prazo, centrada na poupança de subsídios e no aumento das receitas fiscais.

Quadro 6. **Privatizações: Valor das Vendas comparado com as Receitas do Estado e o PIB (Percentagem)**

País	**Valor médio anual das vendas, em percentagem das receitas médias anuais do estado (excluindo concessões), ao durante o programa de privatizações até finais de 2000**	**Valores de venda acumulados (1999-2000) em 2000, como percentagem do PIB de 2000**
Benin	2,21	2,91
Burkina Faso	0.72	n.d.
Burundi	n.d.	1,62
Cabo Verde	15,25	30,82
Rep. Congo	0,74	1,56
Costa do Marfim	3,52	8,66
Etiópia	1,89	3,18
Gâmbia	1,20	2,30
Gana	5,19	13,21
Quénia	0,99	2,39
Lesoto	n.d.	2,67
Madagáscar	1,11	n.d.
Malauí	1,55	3,36
Mali	0,77	n.d.
Moçambique	5,75	5,69
Senegal	4,47	9,43
África do Sul	n.d.	1,95
Tanzânia	2,96	2,73
Togo	1,59	3,20
Uganda	2,84	2,41
Zâmbia	12,91	31,12
Zimbabué	0,75	2,25
TOTAL ÁFRICA	**0,63**	**1,53**

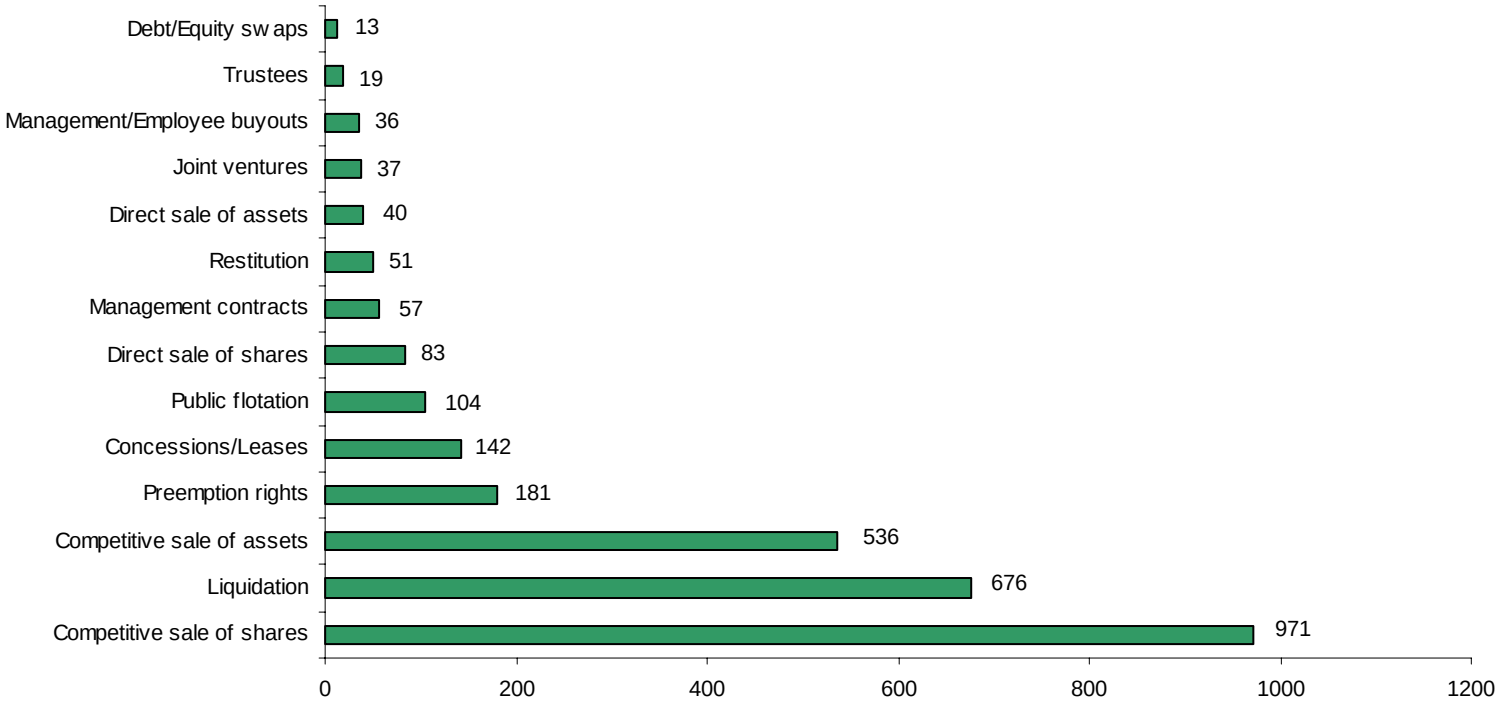
© OECD, 2003

Fonte: *African Development Indicators 2002*, Banco Mundial.

Fonte: *World Bank African Development Indicators 2002*

Eficiência Económica

Figura 9. **Métodos de Privatização (quando especificados) na África Sub-saariana até finais de 2000**



ENGLISH	**PORTUGUÊS**
Debt/equity swaps	*Conversão de dívida em acções*
Trustees	*Fideicomissários*
Management/employee buyouts	*Aquisição do controlo pela gestão assalariada*
Joint ventures	*Joint Ventures*
Restitution	*Restituição*
Management contracts	*Contratos de gestão*
Direct sale of assets	*Venda directa de activos*
Public flotation	*Oferta pública de venda*
Concessions/Leases	*Concessões/Contratos de longa duração*
Preemption rights	*Direitos de preferência*
Competitive sale of assets	*Venda competitiva de activos*

© OECD, 2003

Liquidation	*Liquidação*
Competitive sale of shares	*Venda competitiva de acções*

Desenvolvimento do Sector Privado

A privatização pode afectar os preços de duas maneiras diferentes. Se aumentar a concorrência e melhorar a produtividade, é previsível que os preços baixem. No entanto, há muitas situações em que os preços aumentam devido à privatização, especialmente nos casos das empresas de serviço público. A verdade é que, no passado, os governos costumavam subsidiar as tarifas da electricidade e da água. Por isso, após a privatização muitos concessionários viram-se obrigados a reajustar as tarifas para níveis que lhes permitissem recuperar os custos.

A mais longo prazo, espera-se que o aumento dos preços ajude a financiar o alargamento da rede de serviço público. A privatização do sector das empresas de serviço público parece ter gerado uma melhoria da qualidade dos serviços, e do acesso a estes, mas muitas vezes com elevados custos sociais. Uma maneira de garantir uma melhor rendibilidade e de renovar e alargar a rede das empresas de serviço público, sem diminuir demasiado o poder de compra dos consumidores, é criar uma parceria equilibrada entre os operadores privados, o governo, os clientes e os prestamistas internacionais. Nomeadamente as partes do programa de investimentos que se refiram especificamente à meta da redução da pobreza (por exemplo, electrificação rural) poderão ser apoiadas por crédito concessional cedido por prestamistas multilaterais.

5. Reduzir a Pobreza: Desafios para o Futuro

Avaliar o Cumprimento dos ODMs em África

São oito os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), decorrentes da Declaração do Milénio da ONU, de 2000. Os primeiros seis têm por alvo reduzir a pobreza de rendimentos e as suas manifestações sociais, em particular os níveis insuficientes de saúde e de oportunidades de educação. O sétimo visa garantir a sustentabilidade ambiental, enquanto que o oitavo defende a criação de genuínas parcerias internacionais para o desenvolvimento, referindo-se à forma como os países desenvolvidos podem ajudar os países em desenvolvimento a cumprir os outros sete ODMs[5].

A maioria dos países africanos não cumprirá provavelmente os ODMs, existindo mesmo entre eles diferenças importantes no que respeita ao progresso económico e social rumo aos objectivos. Uma disparidade significativa é a que separa os países do Norte de África da África sub-saariana. Os primeiros apresentam a mais baixa taxa de pobreza de todas as regiões do mundo em

[5] São estes os oito objectivos: *i)* erradicar a pobreza e a fome extremas: diminuir até 2015 para metade a percentagem das pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e das que sofrem de fome; *ii)* concretizar o ensino primário universal e garantir a finalização da escola primária a rapazes e raparigas, em pé de igualdade, até 2015; *iii)* promover a igualdade entre sexos e capacitar as mulheres– eliminar a disparidade entre sexos em todos os níveis de ensino; *iv)* reduzir a mortalidade infantil – reduzir em dois terços a mortalidade abaixo dos cinco anos até 2015; *v)* melhorar a saúde materna – reduzir em três quartos o rácio de mortalidade materna até 2015; *vi)* lutar contra o HIV/SIDA, a malária e outras doenças – travar e reduzir a disseminação do HIV/SIDA, travar e reduzir a disseminação da malária, da tuberculose e doutras doenças; *vii)* garantir a sustentabilidade ambiental, integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e programas nacionais e reduzir a perda de recursos ambientais – diminuir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável até 2015 e melhorar significativamente as vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes em bairros de lata até 2020; e *viii)* desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento: aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento, alargar o acesso aos mercados, apoiar a sustentabilidade da dívida, levar à prática estratégias que proporcionem à juventude trabalho decente e produtivo, facilitar o acesso a medicamentos essenciais, a baixo preço, e tornar disponíveis os benefícios resultantes das novas tecnologias.

© OECD, 2003

desenvolvimento, havendo apenas 2 porcento da população que vive abaixo do limiar de pobreza de 1 dólar por dia, enquanto que, no outro extremo, a África sub-saariana tem o rácio de pobreza mais elevado do mundo, com 46 porcento da população a viver abaixo desse mesmo limiar[6].

Esta grande disparidade entre as duas regiões resulta das variações existentes, não só em termos de desempenho do crescimento no passado, mas também da qualidade do crescimento e do desenvolvimento do capital humano.

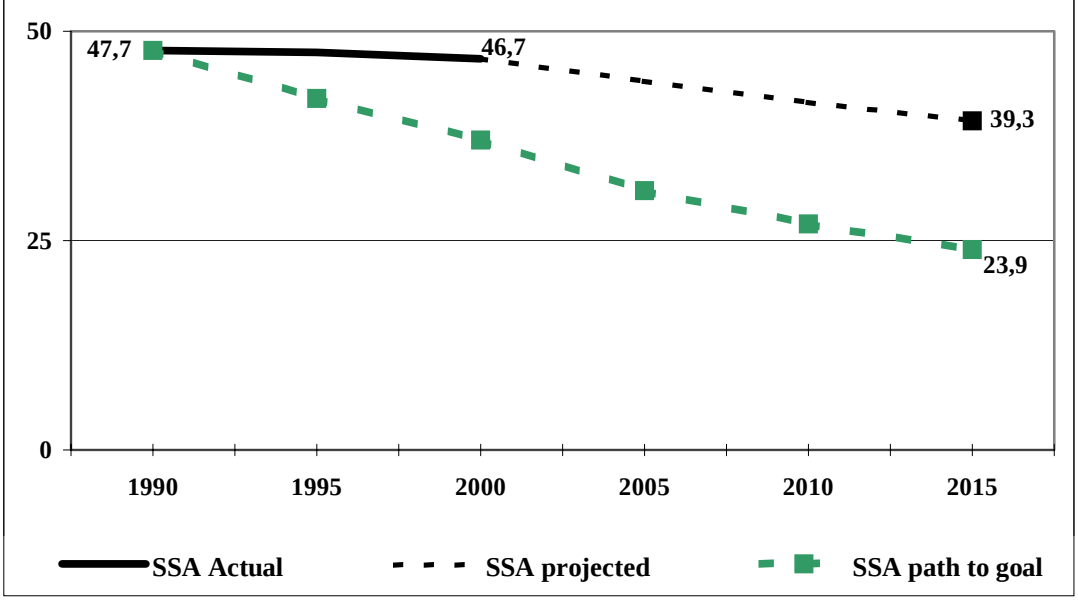
Em resumo, os níveis gerais de todos os países da África sub-saariana, em termos de rendimento e de indicadores sociais, permanecem muito baixos. Poucos países cumprirão um escasso número de ODMs até 2015. Apesar de, em termos agregados, a situação da África sub-saariana ser lamentável, as análises desagregadas revelam alguma evolução positiva em certos países, sobretudo naqueles que puseram em prática políticas económicas credíveis e melhoraram as estruturas de governação, conseguindo alcançar progressos quantificáveis nos domínios da educação, saúde e bem-estar social. Pelo contrário, há outros países onde será preciso garantir melhorias das políticas públicas antes que seja possível progredir no sentido do cumprimento dos ODMs. Alguns factores internos e externos importantes contribuíram para estes resultados. A nível interno, alguns países que anteriormente apresentavam um forte desempenho económico foram abalados por conflitos e mudança radical das políticas públicas. Por exemplo, os dados disponíveis indicam que a pobreza cresceu na Costa do Marfim após o golpe de 1999, prevendo-se que aumente ainda mais no seguimento do conflito armado de Setembro de 2002. Entre os factores externos, refiram-se a degradação dos termos de transacção comerciais e a diminuição dos fluxos de ajuda. A pandemia de HIV/SIDA é uma agravante 'exógena' que atrasa o cumprimento dos ODMs por parte de alguns países africanos. Por exemplo, a frequência da escola secundária e a disponibilidade e qualidade dos professores diminuíram no Botsuana devido ao HIV/SIDA e o acesso aos serviços de saúde está a tornar-se cada vez mais difícil no Zimbabué. Peolo contrário, na Etiópia registou-se uma melhoria importante do número de alunos inscritos na escola primária após o fim da guerra com a Eritreia.

Crescimento e Redução da Pobreza

[6] Para uma comparação sobre perfis da pobreza ver Ali Ali (2001) " A Profile of Rural Poverty in Africa" Documento de Consulta para o Relatório sobre Desenvolvimento Africano de 2002. Banco Africano para o Desenvolvimento, Abidjan, Costa do Marfim.

© OECD, 2003

Figura 10. **Progressos no Sentido do Cumprimento do ODM sobre Redução da Pobreza na África Sub-saariana**



Fonte: Estimativas dos quadros do Banco Africano para o Desenvolvimento.

English	Português
SSA actual	Real (ASS)
SSA projected	Previsto (ASS)
SSA path to goal	Percurso até ao objectivo (ASS)

© OECD, 2003

Quadro 7. **Estado de Cumprimento dos ODM (22 países seleccionados para o relatório sobre as Previsões Económicas para África)**

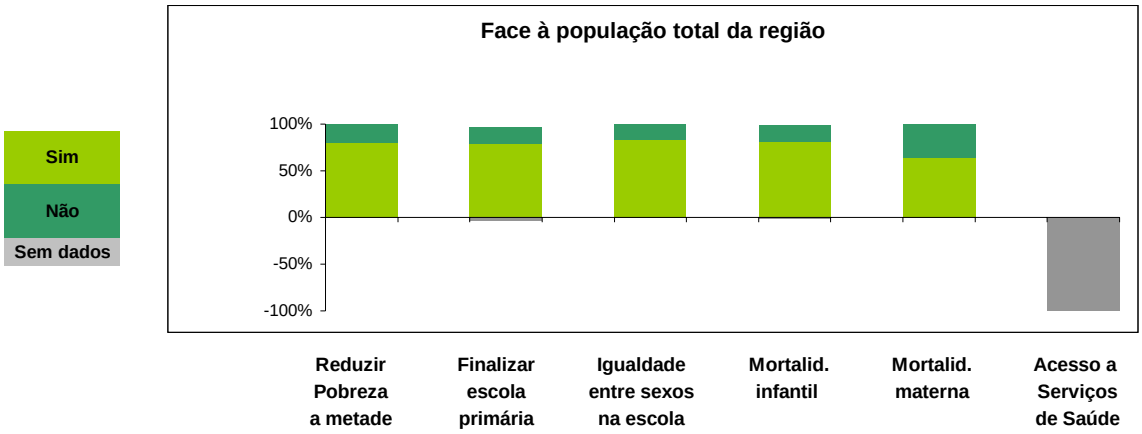
	Objec. 1	Objec. 2	Objec. 3	Objec. 4	Objec. 5	Objec. 6	
Objectivos	Reduzir Pobreza a Metade	Registar todas as Crianças	Igualdade entre Sexos na Escola	Reduzir Taxas de Mortalidade Infantil (TMI) em 2/3	Reduzir Mortalidade Materna em 3/4	Acesso a Serviços de Saúde da Reprodução	Número de Objectivos em vias de serem cumpridos
Países							
Argélia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem Dados	**5 em 5**
Egipto	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem Dados	**5 em 5**
Marrocos	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sem Dados	**3 em 5**
Tunísia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem Dados	**5 em 5**
Botsuana	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sem Dados	**2 em 4**
Burkina Faso	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	**2 em 6**
Camarões	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	**2 em 5**
Costa do Marfim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sem Dados	**1 em 4**
Etiópia	Não	Não	Não	Não	Não	Sem Dados	**0 em 4**
Gabão	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sem Dados	**3 em 4**
Gana	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	**2 em 6**
Quénia	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	**2 em 6**
Mali	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	**3 em 6**
I. Maurícias	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sem Dados	**3 em 4**
Moçambique	Não	Não	Não	Não	Sim	Sem Dados	**1 em 4**
Nigéria	Não	Não	Não	Não	Não	Não	**0 em 6**
Senegal	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	**3 em 6**
África do Sul	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sem Dados	**2 em 4**
Tanzânia	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	**2 em 6**
Uganda	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	**2 em 5**
Zâmbia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	**0 em 6**
Zimbabué	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	**2 em 6**
Taxa-cumprimento	**23%**	**50%**	**45%**	**45%**	**45%**	**-**	

Nota: O quadro baseia-se em previsões do cumprimento de objectivos por país até 2015 (estimativas dos quadros do Banco Africano para o Desenvolvimento)

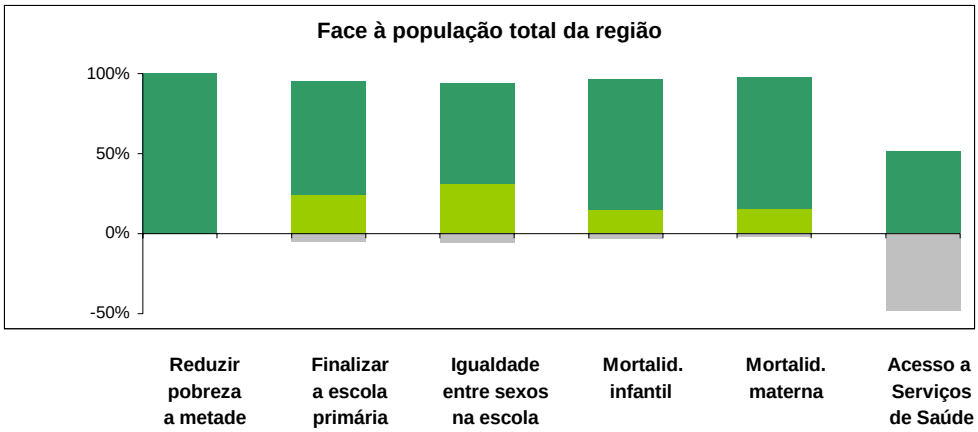
© OECD, 2003

Figura 11. **Objectivos Cumpridos nas Regiões Africanas?**

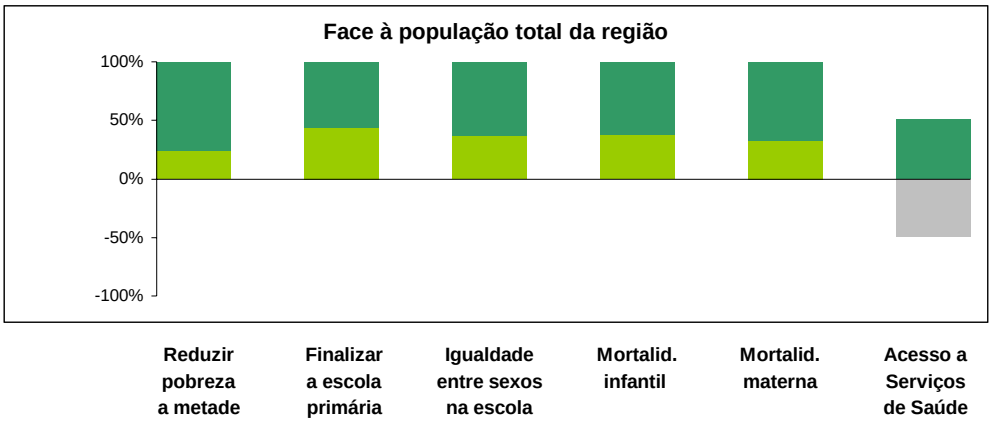
Norte de África



África Sub-saariana



22 países seleccionados para as Previsões Económicas para África



© OECD, 2003

Fonte: Banco Mundial

Nota: As barras a verde representam a percentagem da população que previsivelmente atingirá o objectivo até 2015.

Educação

No domínio da educação, os ODMs apelam à concretização do ensino primário universal e à promoção da igualdade entre sexos e da capacitação das mulheres. Em África, é provável que 21 países representando bem mais de metade da população do continente consigam cumprir o objectivo da educação, mas 14 regrediram em relação a esta meta. Prevê-se que os países do Norte de África cumpram o objectivo da igualdade entre sexos em termos de inscrição na escola até 2015. Na África sub-saariana o rácio homens/mulheres de inscrição no ensino primário e secundário já se situa acima dos 95 porcento na África do Sul, Gabão, Ilhas Maurícias e Tanzânia. Prevê-se que estes países, além do Zimbabué e do Burkina Faso, concretizem a igualdade entre sexos até 2015.

Saúde

Os ODMs no domínio da saúde pretendem reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e lugar contra o HIV/SIDA, a malária e outras doenças. Com efeito, é provável que a mortalidade infantil venha a subir em 31 países de África, que representam 65 porcento da população do continente. Catorze países totalizando 31 porcento da população africana irão provavelmente cumprir a redução almejada do rácio de mortalidade materna, mas há cerca de 27 que apresentam uma tendência negativa, parecendo pois ser mais provável que a mortalidade materna cresça se as condições actuais se mantiverem. Convém notar, contudo, que a disseminação do HIV/SIDA é em grande parte responsável pela incidência da mortalidade infantil e materna na África sub-saariana.

Ambiente

A existência de políticas públicas de gestão dos recursos naturais para lutar contra a desflorestação, a desertificação e a pastagem em excesso é essencial para muitos países africanos que se debatem com problemas de erosão rápida dos solos e escassez de água. Apenas 55 porcento da população da África sub-saariana tem acesso a água potável segura e serviços de saneamento básico adequados.

Cooperação Internacional

O cumprimento dos ODMs vai exigir melhor cooperação internacional e assistência por parte dos países industralizados nos domínios do comércio, da assistência concessional e da amortização da dívida. Se bem que estas políticas públicas sejam essenciais, elas precisam de ser complementadas por medidas que ajudem os países africanos a transformar as suas estruturas produtivas, de maneira a poderem beneficiar de um acesso alargado aos mercados.

© OECD, 2003

Quadro 8. **Estimativa dos Custos Associados ao Cumprimento dos ODMs**

Estimativas	Número de Países	Custo em milhares de milhões de USD por ano	
		Total Estimativa	Média por País
Banco Mundial[1]			
Países com mais dificuldades[2]	**65**	**54**	**0,830**
Países com políticas públicas e Instituições adequadas	**43**	**39**	**0,906**
Países com políticas públicas e Instituições fracas	**22**	**15**	**0,681**
BAD[3]			
Países Africanos com Políticas Públicas Adequadas	**31**	**23,8**	**0,768**
Países Africanos com Políticas Públicas Inadequadas	**16**	**11,7**	**0,734**

Notas

1: Estimativas dos Quadros do Banco Mundial, baseadas em Devarajan, M. Miller and E. Swanson, *Goals for Development: History, Prospects, and Costs*, World Bank, Office of Vice President, Human Development Network, and Development Data Group, Washington, DC., 2001.

2: Os países com mais dificuldades são os potenciais beneficiários de ajuda suplementar.

3: Estimativas dos quadros do BAD, baseadas em Hussain, 2001, "Exorcising the Ghost: an alternate model for measuring the financing gap in developing countries", *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. 24, No. 1, Fall 2001.

6. Governação e Questões Políticas

Torna-se evidente que a falta de uma governação económica e política adequada é um dos factores decisivos para explicar muitos dos problemas de desenvolvimento que hoje afligem África. Embora na maioria dos países africanos a situação actual seja marcada por paz e estabilidade duradouras, combinadas com reformas económicas, muitos debatem-se ainda com guerra civil e conflitos gerados pela insatisfação resultante das soluções económicas, sociais e políticas alcançadas, degradando a economia e aumentando a pobreza. Atribuindo um papel essencial à boa governação, a iniciativa NEPAD frisa ser de enorme importância conseguir que os líderes africanos se empenhem na consecução da paz, da segurança e da boa governação.

NEPAD

Em termos de execução, é agora previsível que se alcancem importantes progressos devido à existência do Mecanismo Africano de Avaliação por Pares (APRM), cerne da iniciativa NEPAD. O APRM prevê quatro tipos de avaliação, que se podem classificar da seguinte maneira: avaliação de base, avaliação periódica, avaliação a pedido do país e avaliação em situação de crise (ver Caixa 2). O conceito APRM está a ganhar terreno, havendo uma dezena de países africanos que já se ofereceram como voluntários para uma avaliação na etapa inicial. A quinta cimeira do Comité de Execução dos

© OECD, 2003

Chefes de Estado e de Governo, reunida em Abuja em Novembro de 2002, tornou responsável pelo APRM a União Africana, cujo papel é essencial para assegurar a viabilidade política do mecanismo, em especial no que respeita à dimensão sensível da governação política. O APRM começará a funcionar em Maio de 2003, com o contributo técnico da UNECA e do Banco Africano para o Desenvolvimento, dentro de um enquadramento a determinar.

Governação

A supervisão, documentação e avaliação do desempenho da governação económica e política em África constituem, sem dúvida, um dos maiores desafios que enfrenta o APRM. Nas PEA, analisamos o desempenho da governação de um grupo seleccionado de países africanos, tendo em conta a incidência da corrupção, o ambiente político e a incidência de conflitos.

Quadro 9. **Tendências da Corrupção em 17 Países Africanos**

	A melhorar	Estável	A piorar
Elevada (>=5)	Namíbia	Botsuana Tunísia	Maurícias África do Sul
Média (3-4.9)	Gana	Egipto Senegal	Malauí Zâmbia Zimbabué
Baixa (<3)	Camarões Tanzânia	Costa do Marfim Nigéria	Quénia Uganda

Nota: A Nigéria piorou até 2001 mas melhorou em 2002

Fonte: cálculos dos autores baseados no CITI.

As tendências documentadas no quadro acima incluído mostram que 7 em 17 países africanos devidamente avaliados se verificou um aumento da corrupção, potencialmente indicativo de uma governação degradada.

Evolução Política

Na maioria dos países abrangidos pelo presente relatório existem hoje ambientes políticos estáveis. As condições políticas têm melhorado significativamente desde os finais da década iniciada em 1990, apesar de a situação se manter frágil em alguns deles (Argélia, Nigéria, Costa do Marfim, Etiópia e Zimbabué, só para referir os países incluídos nas Previsões Económicas para África). Em termos globais, a África Ocidental foi a região com pior desempenho em 2002, ao passo que na África Central se registaram os progressos mais importantes, com a assinatura de acordos de paz em Angola e na RDC.

© OECD, 2003

7. Resumo e conclusões

Em termos gerais, o ano de 2002 não foi favorável para África, menos devido à situação internacional que a problemas internos. É verdade que a quebra da actividade económica registada em 2001, sem a recuperação prevista na zona da OCDE, se repercutiu negativamente no ciclo económico africano, de maneira directa (retracção do volume de mercados para as exportações africanas não-tradicionais) e indirecta (pressões no sentido da baixa dos preços das matérias-primas). No mercado do cacau verificou-se uma retoma acentuada, muito mais forte do que o previst há um ano. Os mercados do petróleo e do ouro também se revelaram bastante favoráveis aos exportadores africanos destas matérias-primas. Acresce que, pela primeira vez desde os anos 90, a AOD concedida pelos países da OCDE registou um modesto crescimento e deverá continuar a crescer nos próximos anos, devido particularmente às promessas feitas pela Comunidade Europeia e pelos EUA. Além das dificuldades internas, a África do Sul foi afectada em 2002 pela crise do Zimbabué, que se arrasta: na ausência de mudança política, foram aplicadas as mesmas políticas públicas que no ano anterior, com os mesmos resultados. A África Oriental ressentiu-se da crise política em Madagáscar, enquanto que a África Ocidental se viu gravemente perturbada, a partir de 19 de Setembro de 2002, pelos novos episódios de crise política na Costa do Marfim. O Norte de África acusou os efeitos adversos dos problemas políticos e de segurança observados no Médio Oriente, que afectaram particularmente o Egipto. Note-se também que vastas regiões da África Austral e da África Oriental foram devastadas por uma seca grave que, em alguns países, resultou em crises alimentares com efeitos negativos sobre a pobreza e o enquadramento macro-económico.

No que respeita às privatizações, os resultados destas em África foram irregulares. Os planos de privatização que, em muitos países, só arrancaram na década iniciada e 1990, têm sido frequentemente adiados, embora em muitos casos fossem considerados imprescindíveis para as prioridades de reforma económica. Porém, segundo dados do Banco Mundial, os países africanos já privatizaram cerca de 2700 empresas públicas, incluindo cerca de 270 transacções pendentes. Em alguns deles, como Moçambique, onde o sector público era pesadíssimo de início, muitas empresas dos mais variados sectores de actividade têm sido privatizadas. Noutros, como a Argélia, o processo de privatizações há muito que é adiado. As receitas provenientes das privatizações não têm sido elevadas, atingindo um total de 8 mil milhões de USD, equivalente a 1,5 porcento do PIB africano. Estes resultados devem-se essencialmente à fraqueza da situação financeira das empresas privatizadas, à partida. No entanto, em vários casos as privatizações geraram resultados muito positivos em matéria de finanças públicas, uma vez que constituíam condição prévia para pôr fim aos subsídios – explícitos e implícitos. Por exemplo, no Burkina Faso, os dinheiros poupados em subsídios e a cobrança de novos impostos às empresas privatizadas permitiram melhorar o equilíbrio orçamental, numa percentagem equivalente a 2 porcento do PIB. Um grande problema que se mantém é o das empresas de serviço público, para as quais os governos preferem muitas vezes o regime de concessões e licenças à venda de acções ou de activos. No sector electroprodutor, em especial, têm-se registado várias situações de insucesso, por falta de clareza dos contratos de concessão ou dificuldades associadas à execução dos mesmos. Verifica-se também a necessidade evidente de um reforço do quadro regulamentar. Outro problema é o das consequências sociais das privatizações: mais uma vez no sector das empresas de serviço público as privatizações nem sempre geraram uma redução dos preços cobrados aos consumidores, ao mesmo tempo que a cobertura do serviço não era melhorada. De igual modo, observaram-se consequências negativas no mercado laboral, com perda de postos de trabalho, continuando-se à espera da criação de empregos que poderá advir da melhoria da eficiência económica. Em termos gerais, o processo de privatizações em África, bastante recente e muitas vezes

© OECD, 2003

adiado, gerou sobretudo os habituais custos de curto prazo, enquanto que os benefícios de longo prazo ainda estão para chegar.

Na frente da pobreza, as informações e análises mais recentes indicam que o continente africano não irá cumprir os ODMs. No entanto, existe uma discrepância clara entre o Norte de África, onde os ODMs serão cumpridos para a grande maioria da população, e a África sub-saariana. Uma das razões principais para explicar esta situação é o muito moderado desempenho do crescimento em África. Ainda assim, será preciso fazer muita coisa para se melhorarem as políticas sociais e aumentar o rácio de incidência do crescimento sobre a redução da pobreza, que é muito menor na África sub-saariana do que no Norte de África. Para se alcançarem progressos neste domínio será preciso melhorar a governação.

Esta necessidade de uma melhor governação surge cada vez mais na ribalta dos debates sobre políticas públicas em África. Por exemplo, no âmbito da iniciativa NEPAD considera-se a boa governação uma das prioridades mais candentes, relativamente à qual os governos africanos podem (e precisam de) fazer progressos. Pensa-se que o Mecanismo Africano de Avaliação por Pares, previsto para breve, iniciando-se no próximo ano com uma dezena de países, criará os instrumentos necessários para desenvolver uma melhor avaliação da governação em África e ajudará os governos africanos a melhorar as sus estruturas de governação, em termos colectivos. Entretanto, vários países africanos ainda se defrontam com grandes problemas neste domínio, com incidências negativas em matéria de estabilidade política e pobreza. O sentido positivo da evolução mais recente, com a resolução da crise política em Madagáscar, os acordos de paz na RDC e em Angola e as mudanças políticas no Quénia, geradas com as eleições presidenciais democráticas realizadas em Dezembro de 2002, apontando contudo no sentido de soluções possíveis para estes problemas.

© OECD, 2003

Esta síntese é uma tradução dos excertos da publicação original da OCDE publicada com os seguintes títulos em Inglês e Francês:

African Economic Outlook

Perspectives économiques en Afrique

© 2003, OECD.

As publicações e as sínteses da OCDE estão disponíveis na livraria em linha da OCDE no website www.oecd.org/bookshop/

Na livraria em linha da OCDE no campo "Title Search" digite "overview" ou digite o título da publicação em Inglês (as sínteses estão ligadas pelo título original em Inglês).

As sínteses são preparadas pela Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.
email : rights@oecd.org / Fax: +33 1 45 24 13 91

© OECD, 2003

A reprodução desta síntese é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.